

ULTRAFÉRTIL S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro 2014 e 2013

Gerência de Contabilidade

Índice

1 - Relatório da administração	- 3 -
2 - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	- 4 -
3- Demonstrações Contábeis	- 6 -
3.1 - Balanços patrimoniais	- 6 -
3.2 - Demonstrações do resultado	- 7 -
3.3 - Demonstrações do resultado abrangente	- 8 -
3.4 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	- 9 -
3.5 - Demonstrações dos fluxos de caixa	- 10 -
3.6 - Demonstrações do valor adicionado	- 11 -
4 - Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	- 12 -
4.1 - Contexto operacional	- 12 -
4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis	- 12 -
4.3 - Resumo das principais políticas contábeis	- 12 -
4.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos	- 17 -
4.5 - Caixa e equivalentes de caixa	- 18 -
4.6 - Contas a receber de clientes	- 18 -
4.7 - Estoques	- 19 -
4.8 - Tributos a recuperar	- 19 -
4.9 - Despesas antecipadas	- 19 -
4.10 - Demais contas a receber	- 20 -
4.11 - Imobilizado	- 20 -
4.12 - Intangível	- 21 -
4.13 - Fornecedores	- 21 -
4.14 - Partes relacionadas	- 22 -
4.15 - Obrigações fiscais	- 22 -
4.16 - Obrigações sociais e trabalhistas	- 23 -
4.17 - Dividendos propostos	- 23 -
4.18 - Provisões operacionais	- 23 -
4.19 - Demais contas a pagar	- 23 -
4.20 - Patrimônio líquido	- 24 -
4.21 - Receita líquida	- 24 -
4.22 - Custos	- 25 -
4.23 - Receitas (despesas) operacionais	- 25 -
4.24 - Resultado financeiro	- 26 -
4.25 - Imposto de renda e contribuição social	- 26 -
Imposto de renda e contribuição social	- 26 -
Despesa de imposto de renda e contribuição social	- 26 -
4.26 - Provisões para contingências e depósitos judiciais	- 27 -
4.27 - Plano de previdência e de benefícios pós-emprego	- 27 -
4.28 - Instrumentos Financeiros	- 31 -
4.29 - Compromissos	- 33 -

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos.

Santos, 11 de março de 2015.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
R. Paraíba, 550 - 12º andar - Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

2 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Ultrafertil S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Ultrafertil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ultrafértil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

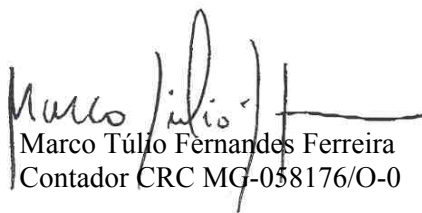
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 14 de março de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar uma vez que não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

3- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 - Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	51.935	46.368
Contas a receber	4.6	4.979	9.265
Estoques	4.7	2.330	556
Tributos a recuperar	4.8	7.741	25.853
Despesas pagas antecipadamente	4.9	606	1.283
Sinistros a recuperar	4.10	22.926	
Demais contas a receber	4.10	1.265	5
		<u>91.782</u>	<u>83.330</u>
Não circulante			
Estoques	4.7		1.385
Tributos a recuperar	4.8	12.655	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.25	5.894	2.823
Incentivos fiscais			187
Imobilizado	4.11	640.109	203.984
Intangível	4.12	122	108
		<u>658.780</u>	<u>208.487</u>
Total do ativo		<u>750.562</u>	<u>291.817</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	4.13	76.496	9.842
Obrigações fiscais	4.15	5.727	7.994
Obrigações sociais e trabalhistas	4.16	6.470	3.827
Dividendos propostos	4.17	36.977	7.903
Provisões operacionais	4.18	750	
Demais contas a pagar	4.19	123	64
		<u>126.543</u>	<u>29.630</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.25	22.762	25.066
Benefícios a empregados pós-aposentadoria	4.27	4.464	3.632
Demais contas a pagar	4.19		206
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	4.14	370.000	
		<u>397.226</u>	<u>28.904</u>
Patrimônio líquido	4.20		
Capital social		95.921	95.921
Ajustes de Avaliação Patrimonial		44.249	48.824
Reservas de lucros		86.623	88.538
Patrimônio líquido		<u>226.793</u>	<u>233.283</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>750.562</u>	<u>291.817</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.2 - Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita líquida de serviços prestados	4.21	108.571	116.234
Custo dos serviços prestados	4.22	(77.827)	(64.412)
Lucro bruto		30.744	51.822
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	4.23 (b)	(107)	(250)
Gerais e administrativas	4.23 (a)	(344)	(1.032)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.23 (c)	(2.297)	(1.388)
		<u>(2.748)</u>	<u>(2.670)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		27.996	49.152
Resultado financeiro	4.24	4.776	5.642
Despesas financeiras		(250)	(196)
Receitas financeiras		5.307	5.554
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		(281)	284
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		32.772	54.794
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.25	(10.188)	(21.517)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(15.563)	(22.631)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		5.375	1.114
Lucro líquido do exercício		22.584	33.277
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$		<u>32.793,03</u>	<u>48.319,77</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.3 - Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

<u>Em milhares de Reais</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício		22.584	33.277
Outros componentes do resultado abrangente			
Previdência privada			824
Total do resultado abrangente do exercício		22.584	34.101

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.4 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Reservas de Lucros Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2012	95.921	1.517	35.312	21.611	52.724		207.085
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do exercício						33.277	33.277
Previdência privada					824		824
Outros resultados abrangentes							
Realização da reserva de reavaliação					(4.724)	4.724	
Contribuição e distribuição aos acionistas							
Dividendos				23.710		(31.613)	(7.903)
Transferência entre reservas		1.664	4.724			(6.388)	
Em 31 de dezembro de 2013	95.921	3.181	40.036	45.321	48.824		233.283
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do exercício						22.584	22.584
Outros resultados abrangentes							
Realização da reserva de reavaliação					(4.575)	4.575	
Contribuição e distribuição aos acionistas							
Dividendos adicionais				(23.710)			(23.710)
Constituição de reservas		1.129	20.666			(21.795)	
Dividendos propostos						(5.364)	(5.364)
Em 31 de dezembro de 2014	95.921	4.310	60.702	21.611	44.249		226.793

3.5 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	22.584	33.277
Ajustes:		
Depreciação e amortização	23.925	15.680
Provisão para perdas e contingências	997	
Constituição (reversão) operacionais	(3.632)	(7)
Despesas com variação monetária/cambial	281	
Despesa da obrigação de benefício	4.464	1.046
Resultado financeiro não realizado		(3.900)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(5.375)	(1.114)
	<u>43.244</u>	<u>44.982</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	3.336	(3.355)
Estoques	(436)	1.436
Tributos a recuperar	7.655	10.742
Despesas antecipadas	(568)	
Sinistros a Recuperar	(22.015)	
Outros ativos	188	(437)
Fornecedores	66.479	(2.623)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(4.571)	(180)
Salários e obrigações sociais	2.642	(8.668)
Outros passivos	603	8.585
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>96.557</u>	<u>50.482</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado e intangível	(460.990)	(38.220)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(460.990)</u>	<u>(38.220)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	370.000	
Dividendos pagos		(7.204)
Caixa líquido proveniente (aplicados) das atividades financiamento	<u>370.000</u>	<u>(7.204)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.567</u>	<u>5.058</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46.368	41.310
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	51.935	46.368

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.6 - Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		
Vendas brutas de serviços	122.907	131.859
Outras receitas (despesas)	282	97
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	(951)	
	<u>122.238</u>	<u>131.956</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(9.322)	(7.989)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(28.103)	(21.539)
Provisão para perdas, principalmente contingências,	(46)	
Outros	(98)	(7.110)
	<u>(37.569)</u>	<u>(36.638)</u>
Valor Adicionado bruto	84.669	95.318
Depreciação, amortização e exaustão	(23.925)	(15.680)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	60.744	79.638
Valor Adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.307	5.554
	<u>5.307</u>	<u>5.554</u>
Valor adicionado total a distribuir	66.051	85.192
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	13.798	5.614
Benefícios	2.887	3.296
F.G.T.S.	652	599
Outros gastos com pessoal	746	2.431
	<u>18.083</u>	<u>11.940</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	21.265	35.979
Estaduais	77	161
Municipais	3.511	3.831
	<u>24.853</u>	<u>39.971</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros	531	4
	<u>531</u>	<u>4</u>
Remuneração de Capital próprio		
Lucro líquido do período	22.584	33.277
	<u>22.584</u>	<u>33.277</u>
Valor Adicionado distribuído	66.051	85.192

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

(a) Informações Gerais

A Ultrafertil S.A. ("Ultrafertil" ou "Companhia") é uma Companhia operacional que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiro destinados ou provenientes de transporte aquaviário e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma "Sociedade Anônima" domiciliada no Brasil, com sede no Município de Santos, São Paulo, as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

(b) Reestruturação societária

Em 14 de maio de 2012, a Companhia passou por um processo de reorganização societária com a finalidade, dentre outras, de segregar os ativos de fertilizantes e químicos das atividades relacionadas ao terminal marítimo.

Nessa data foram aprovadas as cisões parciais da Companhia, com versão dos acervos líquidos cindidos para a Vale Fertilizantes S/A.

De acordo com o "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporações e Cisão Parcial" firmado, a cisão passou a ter efeito a partir de 1º de junho de 2012.

Após a cisão, o objeto social da Ultrafertil foi alterado e a Companhia deixou de exercer atividades relacionadas à industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos, passando a deter apenas a operação de terminal portuário próprio de uso misto.

Em agosto de 2013, a Ultrafertil passou por nova reorganização societária. A TUF Empreendimentos e Participações S/A adquiriu 100% das ações ordinárias que estavam sob propriedade da Vale Fertilizantes S/A, assumindo o controle integral da Companhia.

4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2015.

4.3 - Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior

complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.4.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC's)

b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC's/IFRS com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013 que tenham tido impacto significativo nas demonstrações contábeis da companhia.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, todos os instrumentos financeiros da Companhia estavam classificados na categoria de "empréstimos e recebíveis".

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou reduzir ao valor recuperável é avaliada mediante as informações históricas dos índices de inadimplência de contrapartes. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, despesas pagas antecipadamente, fornecedores, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

e) Provisão para não realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

f) Contas a receber

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD” ou “*impairment*”).

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

g) Estoques

Os itens de almoxarifado classificados como estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou valor líquido de realização (valor estimado de venda, menos o custo estimado para realizar a venda), quando inferior. As provisões para ajuste ao valor de realização são constituídas para estoques obsoletos quando o preço de venda, líquido dos tributos e das despesas fixas com vendas, for inferior ao preço do seu custo de aquisição ou formação.

h) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

i) Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2014, os terrenos e edificações compreendem, principalmente ao píer, armazéns, pátio e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

A Companhia adotou como prática contábil o registro dos gastos realizados com paradas programadas para manutenção do ativo imobilizado na rubrica “equipamentos e instalações”. Tais paradas ocorrem em períodos programados que variam de um a três anos e os respectivos gastos são capitalizados quando incorridos e depreciados até o início da próxima parada programada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.11.

j) Intangível

Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

A vida útil estimada e o método de amortização dos ativos intangíveis são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é registrado contabilmente de forma prospectiva.

k) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ("*impairment*"), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

l) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Em sua maioria as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

n) Benefícios a empregados

Fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

A Companhia possui planos de aposentadoria, dentre os quais, que apresentam situações superavitárias e deficitárias. Para os planos com posição de superávit, a Companhia não efetua qualquer registro no balanço patrimonial nem na demonstração do resultado, por não existir claramente uma posição sobre a utilização desse superávit pela Companhia, ficando somente demonstrado em nota explicativa. Para os planos com a

posição deficitária, a Companhia reconhece os passivos e resultados advindos da avaliação atuarial e os ganhos e perdas atuariais gerados pela avaliação desses planos, são reconhecidos no resultado do exercício e resultado abrangente. Os registros contábeis dos planos deficitários também são demonstrados em nota explicativa.

Para os planos em que Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o método de crédito projetado. As despesas são projetadas para o período seguinte, os ganhos e perdas atuariais são apontados e registrados. Os custos de serviços passados que surgem com alterações de planos são lançados imediatamente no resultado, quando surgem.

Participação no resultado

A Companhia adota a política de participação nos resultados, tendo como base o cumprimento de metas de desempenho da área de atuação e desempenho da Companhia. A Companhia efetua a provisão mensalmente respeitando o regime de competência, e entende que o montante estimado é razoável, devendo ocorrer a saída de recursos no futuro. A contrapartida da provisão é registrada como custos de serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a lotação do empregado em atividades produtivas ou administrativas, respectivamente.

As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo VLI.

o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente;
- 2) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 3) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva aplicável.

Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

p) Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

q) Apresentação de informação por segmentos

A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a sua Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

r) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1o de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

s) Capital Social

O capital social totalmente integralizado está representado por 688.683 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A TUF Empreendimentos e Participações S/A detém 100% do Capital Social da Companhia.

t) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado ("DVA"), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como informação suplementar.

4.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

4.4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
- IV. O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

4.5 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e Bancos	9.953	1.654
Aplicações Financeiras	41.982	44.714
	<u>51.935</u>	<u>46.368</u>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo, remuneradas por um percentual médio de 100,4% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.6 - Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
Contas a receber de clientes	1.444	3.193
Contas a receber partes relacionadas	4.486	6.072
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(951)	
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>4.979</u>	<u>9.265</u>

As análises de vencimentos estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	4.941	6.667
Vencidos até 3 meses	14	1.866
Vencidos de 3 a 6 meses	116	732
Vencidos acima 6 meses	859	
	<u>5.930</u>	<u>9.265</u>

O comitê de créditos e cobranças, formado pelas áreas de administração de vendas, comercial, contas a receber e de riscos de créditos, analisam a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.7 - Estoques

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
Peças e componentes de equipamentos / instalações	4.360	
Materiais de expediente e outros	21	556
Provisão para perdas em itens de estoque	(2.051)	
	<u>2.330</u>	<u>556</u>
Não circulante		
Materiais de consumo de oficinas e manutenção		1.385
		<u>1.385</u>

4.8 - Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	38	
Imposto de renda retido na fonte	1.820	520
PIS e COFINS a compensar	2.724	25.130
Imposto de renda e contribuição social antecipados		168
Outros	3.159	35
	<u>7.741</u>	<u>25.853</u>
Não Circulante		
PIS e COFINS a compensar	12.655	
	<u>12.655</u>	
Tributos a recuperar - total	<u>20.396</u>	<u>25.853</u>

4.9 - Despesas antecipadas

A companhia possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	167	1.283
Outras despesas antecipadas	439	
	<u>606</u>	<u>1.283</u>

Em 31 de dezembro de 2014, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

ULTRAFÉRTIL

Modalidade

Responsabilidade Civil Vale Fertilizantes - Cossegurado Ultrafertil
Risco Operacional Vale Fertilizantes - Cossegurado Ultrafertil

Cobertura **Valores em milhares**
All Risk USD 20.000
All Risk R\$ 700.000

	<u>Parcelas a Apropriar</u>	<u>Vigência</u>
Circulante		
Prêmios de seguros pagos antecipadamente		
Responsabilidade Civil Geral	9	jul/2014 a jul/2015
Riscos Operacionais	158	jul/2014 a jul/2015
Outras despesas antecipadas	439	
	<u>606</u>	

4.10 - Demais contas a receber

As demais contas a receber são compostas por:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
Adiantamento a empregados	9	4
Sinistros a recuperar (a)	22.926	
Adiantamento a fornecedores		1
Outras contas	1.256	
	<u>24.191</u>	<u>5</u>

(a) Referem-se aos gastos da companhia com acidentes ocorridos em seu terminal portuário, para os quais há provisão da franquia no montante de R\$ 750 mil reais.

4.11 - Imobilizado

A composição do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está detalhada da seguinte forma:

			<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
	<u>Tempo estimado de vida útil</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Bens em operação				<u>Líquido</u>
Imóveis	25 a 40 anos	118.415	(39.126)	79.289
Equipamentos autônomos	10 a 15 anos	214.270	(136.332)	77.938
Veículos	3 a 5 anos	21.348	(296)	21.052
Bens administrativos/auxiliares	3 a 10 anos	155	(104)	51
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	219	(159)	60
		354.407	(176.017)	178.390
Terrenos		79		79
Adiantamento a fornecedores imobilizado		9		9
Benfeitorias em curso		461.631		461.631
		<u>461.719</u>		<u>48.589</u>
		<u>816.126</u>	<u>(176.017)</u>	<u>640.109</u>
				<u>203.984</u>

A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, encontra-se abaixo:

<u>Imobilizado - Custo</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2014</u>
Imóveis	94.334			24.081	118.415
Equipamentos autônomos	214.270				214.270
Veículos	401		(2.865)	23.812	21.348
Bens administrativos/auxiliares	155				155
Equipamentos e aplicativos de informática	208			11	219
	<u>309.368</u>		<u>(2.865)</u>	<u>47.904</u>	<u>354.407</u>
Terrenos	79				79
Adiantamento a fornecedores de imobilizado		9			9
Benfeitorias em curso	48.589	460.946		(47.904)	461.631
	<u>48.668</u>	<u>460.955</u>		<u>(47.904)</u>	<u>461.719</u>
	<u>358.036</u>	<u>460.955</u>	<u>(2.865)</u>		<u>816.126</u>

Melhoria, modernização e expansão portuária

	31/12/2014	31/12/2013
	461.631	48.589
	461.631	48.589

Imobilizado - depreciação	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014
Imóveis	(36.623)	(2.503)		(39.126)
Equipamentos autônomos	(116.977)	(21.294)	1.939	(136.332)
Veículos	(222)	(74)		(296)
Bens administrativos/auxiliares	(97)	(7)		(104)
Equipamentos e aplicativos de informática	(133)	(26)		(159)
	(154.052)	(23.904)	1.939	(176.017)

Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou seja, se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

O método do fluxo de caixa descontado foi utilizado para elaboração dos testes de *impairment*, adotando as seguintes premissas:

- Plano de Negócios até 2025;
- A perpetuidade do fluxo de caixa foi considerada a partir de 2026;

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração da companhia foi obtida através do custo médio ponderado de capital.

4.12 - Intangível

				31/12/14	31/12/13
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido
Softwares adquiridos	5 anos	20%	670	(548)	122
			670	(548)	122
Intangível - custo					Líquido
Softwares adquiridos			31/12/13	Adições	Transferências
			635		35
			635		35
Intangível - amortização					
Softwares adquiridos			31/12/13	Adições	31/12/14
			(527)	(21)	(548)
			(527)	(21)	(548)

4.13 - Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente a compra de serviços, combustíveis, materiais, destinados a operação e manutenção das instalações da Companhia.

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores terceiros (a)	76.320	7.707
Fornecedores partes relacionadas	176	2.135
	76.496	9.842
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	76.320	7.707
	76.320	7.707

4.14 - Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante		
Contas a receber		
Vale Fertilizantes S.A	4.486	6.072
	<u>4.486</u>	<u>6.072</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores		
Ferrovia Centro Atlântica S.A	40	486
Vale Fertilizantes S.A	68	1.649
Valia	68	
	<u>176</u>	<u>2.135</u>
Passivo não Circulante		
Benefícios a empregados pós-aposentadoria		
Valia	483	242
	<u>483</u>	<u>242</u>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC		
TUF Empreendimentos S.A.	370.000	
	<u>370.000</u>	
Demonstrações do Resultado		
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados		
Vale Fertilizantes S.A	107.796	58.459
	<u>107.796</u>	<u>58.459</u>
Custos e despesas		
Custo de intercambio/aluguel de locos e vagões		
Ferrovia Centro Atlântica S.A		(486)
		<u>(486)</u>
Custo dos serviços		
Vale Fertilizantes S.A	(9.971)	(7.749)
	<u>(9.971)</u>	<u>(7.749)</u>
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	(335)	(294)
	<u>(335)</u>	<u>(294)</u>
Despesas com processos de suporte		
Vale Fertilizantes	(1.424)	(1.269)
	<u>(1.424)</u>	<u>(1.269)</u>

(*) As despesas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC) da Vale Fertilizantes, envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

4.15 - Obrigações fiscais

Circulante	31/12/2014	31/12/2013
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	2.744	7.291
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	463	1
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	821	245
ISS (Imposto s/ Serviços)	1.699	457
	<u>5.727</u>	<u>7.994</u>

4.16 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Salários e encargos	3.486	1.767
Provisão para férias e 13º Salário	669	628
Participação nos resultados	2.288	1.411
Outros	27	21
	<u>6.470</u>	<u>3.827</u>

4.17 - Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguinte :

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	22.584	33.277
(-) Compensação de prejuízos acumulados		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício ajustado	22.584	33.277
0020 Reserva legal - 5%	(1.129)	(1.664)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	21.455	31.613
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>(5.364)</u>	<u>(7.903)</u>
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dividendos mínimo proposta em 2013	7.903	7.903
Dividendos adicionais propostos em 2013	23.710	
Dividendos mínimos propostos em 2014	5.364	
Saldo dos Dividendos propostos	<u>36.977</u>	<u>7.903</u>

4.18 - Provisões operacionais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Provisão para franquia de seguro	750	
	<u>750</u>	

4.19 - Demais contas a pagar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
Garantias contratuais	55	
Outros passivos circulantes	68	64
	<u>123</u>	<u>64</u>
Não circulante		
Outros		206
	<u>123</u>	<u>206</u>
		<u>270</u>

4.20 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social está representado por 688.683 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
TUF empreendimentos e participações S/A	688.683	0	688.683
Totais	688.683	0	688.683

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos do artigo 202 da Lei das sociedades anônimas. No exercício de 2014 a Administração da Companhia propôs a constituição de reserva legal de R\$ 1.129 (R\$ 1.664 em 2013) que está sujeita a aprovação em Assembleia Geral dos Acionistas.

c) Dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os mesmos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. A parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório está provisionada no passivo no montante de R\$ 5.364 (R\$ 7.903 em 2013)

d) Reserva de retenção de lucros

No exercício de 2014, a Administração da Companhia propôs a constituição de reserva de lucros para expansão, sujeita à aprovação da Assembleia Geral dos acionistas no montante R\$ 20.666 (R\$ 4.724 em 2013).

A reserva para retenção de lucros é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

e) Dividendos adicionais a distribuir

No exercício de 2013, a Administração da Companhia destinou a parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 23.710, à reserva de lucros dividendos adicionais a distribuir; em 2014 esta parcela foi transferida para o passivo.

4.21 - Receita líquida

	31/12/2014	31/12/2013
Receita Bruta		
Receita de serviços portuários	122.907	131.859
	122.907	131.859
Impostos sobre serviços		
ISS	(3.511)	(3.827)
PIS	(1.931)	(2.105)
COFINS	(8.894)	(9.694)
	(14.336)	(15.626)
Receita líquida dos serviços vendidos	108.571	116.234

4.22 - Custos

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pessoal	(13.477)	(15.020)
Encargos Sociais	(4.154)	
Serviços contratados	(26.096)	(5.172)
Material e componentes ferroviários	(2.751)	(5.235)
Combustíveis	(132)	(1.569)
Arqueação/Codesp	(5.483)	(5.550)
Tributos	(1.851)	(1.582)
Diversos	(5)	(14.651)
Depreciação e amortização	(23.878)	(15.633)
	<u>(77.827)</u>	<u>(64.412)</u>

4.23 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas administrativas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pessoal	(13)	(18)
Encargos Sociais	(3)	
Serviços contratados	(242)	(921)
Materiais	(86)	
Diversos		(93)
	<u>(344)</u>	<u>(1.032)</u>

b) Despesas com vendas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pessoal	(401)	(113)
Encargos sociais	(161)	
Materiais	(10)	(8)
Serviços contratados	512	(29)
Depreciação	(47)	(47)
Outras		(54)
	<u>(107)</u>	<u>(251)</u>

c) Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	54	87
Recuperação de despesas		8
Multas contratuais	176	
Outros	52	157
	<u>282</u>	<u>252</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(3)	(520)
Provisão Desvalorização de estoque	(46)	(26)
Outros gastos c/pessoal		(962)
Pesquisa e desenvolvimento		(106)
Outras operacionais	(829)	(25)
Franquia de seguros sobre acidentes	(750)	
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(951)	
	<u>(2.579)</u>	<u>(1.639)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(2.297)</u>	<u>(1.387)</u>

4.24 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	5.150	3.733
Juros, taxa e multas de mora	149	160
Outras receitas financeiras	8	1.661
	<u>5.307</u>	<u>5.554</u>
Despesas Financeiras		
Juros, taxas e multas	(175)	(185)
Outras despesas financeiras	(75)	(11)
	<u>(250)</u>	<u>(196)</u>
Receitas(despesas) com variação monetária e cambial	<u>(281)</u>	<u>284</u>
	<u>(281)</u>	<u>284</u>
Resultado financeiro	<u>4.776</u>	<u>5.642</u>

4.25- Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Ativo de imposto diferido		
Imposto de renda diferido		
	1.116	908
Perda de Ativos	513	501
Outros	2.705	667
	<u>4.334</u>	<u>2.076</u>
Contribuição social diferida		
	402	327
Perda de Ativos	185	180
Outros	973	240
	<u>1.560</u>	<u>747</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	5.894	2.823
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	(323)	2.142

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal, a base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Ano de 2015	<u>5.894</u>	<u>2.823</u>

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Passivo de imposto diferido		
Depreciação acelerada	(391)	(339)
Custo atribuído à reavaliação de ativos	(22.371)	(24.727)
	<u>(22.762)</u>	<u>(25.066)</u>

Despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Resultado antes da tributação	32.772	54.794
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigente - 34%	(11.142)	(18.630)
Conciliação		
IR/CS diferidos passivo/deprec. Acelerada	2.305	464
Outros	(1.351)	(3.534)
Benefícios fiscais		183
Imposto de renda e contribuição social	<u>(10.188)</u>	<u>(21.517)</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(15.563)	(22.631)
Diferidos	5.375	1.114
	<u>(10.188)</u>	<u>(21.517)</u>

A Companhia não possui saldo de base negativa de CSLL e nem prejuízo fiscal de IR em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

4.26 - Provisões para contingências e depósitos judiciais

Na Cisão Parcial da Ultrafertil S/A, ocorrida em 1º de junho de 2012, as provisões de passivos contingentes foram vertidas pelos respectivos valores contábeis (à Mineração Naque S.A. e Araucária Nitrogenados S.A.).

Em agosto de 2013, quando da aquisição do controle da Ultrafertil S/A pela TUF Empreendimentos e Participações S/A, ficou estabelecido que quaisquer contingências que tiverem como objeto de discussão o período de competência o qual a Vale Fertilizantes S/A detinha o controle, tais despesas serão reembolsáveis pela Vale Fertilizantes S/A.

Em 31 de dezembro de 2014 não existiam passivos contingentes a serem registrados na Companhia.

Movimentação	31/12/2014		31/12/2013	
	depósitos judiciais	Provisão contingências	depósitos judiciais	Provisão contingências
Saldo no início do período	56.625	89.131	53.806	68.346
Movimentações	(5.029)	(6.529)	2.819	20.785
Reembolso	(51.596)	(82.602)	(56.625)	(89.131)
Saldo no final do período				

4.27 - Plano de previdência e de benefícios pós-emprego

	31/12/2014	31/12/2013
Plano de Assistência Médica	3.052	2.614
Plano PETROS	527	421
Plano Vale Mais	483	242
Plano FGTS	402	355
	4.464	3.632

A Companhia, por intermédio da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS, mantém plano de suplementação dos benefícios prestados pela Previdência Social, em regime de benefícios definidos, para os funcionários admitidos até setembro de 1993.

Em 31 de dezembro de 2014 esse plano de previdência possuía 6 (seis) participantes (7 participantes em 2013). No exercício de 2014, a Companhia contribuiu para a PETROS com o montante de R\$ 126 (R\$ 120 em 2013). A taxa de contribuição para a PETROS é de 12,93% sobre os salários dos funcionários filiados a esse plano.

Desde outubro de 2011, novo plano de previdência complementar entrou em vigor (Plano Vale Mais - VALIA) com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença), esse plano atende apenas os funcionários não atendidos pelo Plano PETROS.

Em 31 de dezembro de 2014 esse plano de previdência possuía 97 (noventa e sete) participantes (92 participantes em 2013).

No exercício de 2014, a Companhia contribuiu para a PETROS com o montante de R\$ 299 (R\$ 270 em 2013).

A Companhia, em conformidade com convenções trabalhistas mantidas com os sindicatos, proporciona benefícios pós-emprego envolvendo os planos de saúde e multa de FGTS. A companhia constitui passivos inerentes a estes benefícios com base nos laudos atuariais emitidos por consultoria especializada.

	Plano Pensão 31/12/2014	Outros Benefícios 31/12/2014	Plano Pensão 31/12/2013	Outros Benefícios 31/12/2013
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido				
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	7.278	5.693	6.330	5.839
2. Custo do serviço				
a. Custo do serviço corrente	253	172	210	459
3. Custo dos juros	861	676	556	551
4. Fluxos de caixa				
a. Benefício pago pelo plano	(587)	(145)	(76)	
b. Benefício pago diretamente pela empresa		(20)		(64)
d. Contribuição de participante			92	
6. Redimensionamento da obrigação				
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	(15)			(1.822)
b. Efeito da alteração de premissas financeiras			(3.109)	(2.617)
c. Efeito da experiência do plano	578	911	3.276	623
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio				
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	8.368	7.287	7.278	2.969
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano				
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	6.615	4.918	5.423	
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	783	582	489	
3. Fluxos de caixa				
a. Desembolso total da empresa				
i. Contribuição paga pela empresa	423	124	261	
ii. Contribuição relativa a benefícios pagos diretamente pela empresa		20		64
b. Contribuição de participante			92	
c. Benefício pago pelo plano	(587)	(145)	(76)	
d. Benefício pago diretamente pela empresa		(20)		(64)
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano				
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(111)	(2.836)	426	
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio				
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	7.123	2.644	6.615	
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa				
1. Obrigação de benefício definido	8.368	7.287	7.278	2.969
2. Valor justo do ativo do plano	7.123	2.644	6.615	
3. Situação financeira do plano	1.245	4.644	664	2.969
4. Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso				
5. Passivo / (Ativo) líquido	1.245	4.644	664	2.969
D. Componentes do custo / (receita) de benefício definido				
1. Custo do serviço				
a. Custo do serviço corrente	253	172	210	459
d. Custo total do serviço	253	172	210	459
2. Custo líquido dos juros				
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	861	676	556	551
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(783)	(582)	(489)	
e. Custo líquido total dos juros	78	94	67	551
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	332	266	277	1.010
6. Redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")				
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	(15)			(1.822)
b. Efeito da alteração de premissas financeiras			(3.109)	(2.617)
c. Efeito da experiência do plano	578	911	3.276	623
d. Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo) (*)	111	2.836	(426)	
g. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	674	3.747	(259)	(3.815)
7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	1.006	4.013	18	(2.805)
E. Reconciliação do valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido				
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	664	776	906	5.839
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	332	266	277	1.010
3. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	674	3.747	(259)	(3.815)
5. Fluxos de caixa				
a. Contribuição paga pela empresa	(423)	(124)	(261)	
b. Contribuição relativa a benefício pago diretamente pela empresa		(20)		(64)
8. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido a partir do final do ano	1.246	4.645	664	2.969

Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial efetuada para 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram adotadas as seguintes premissas atuariais e econômicas:

Principais premissas atuariais	Plano de Pensão Vale mais		Plano de Pensão Petros		Outros Benefícios Assist. Médica		Outros Benefícios Multa FGTS	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido								
1. Taxa nominal de desconto	11,83%	12,36%	11,83%	12,46%	17,95%	12,57%	12,46%	12,46%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	9,18%	9,18%	7,06%	8,12%	N/A	N/A	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido								
1. Taxa nominal de desconto	11,83%	9,20%	11,83%	8,78%	17,95%	9,62%	12,46%	8,78%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	9,18%	7,10%	7,06%	7,10%	N/A	N/A	8,12%	7,10%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos								
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	19,3698	18,6307	19,3698	19,5456	19,3698	19,5456	19,3698	19,5456
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	19,3698	18,6307	19,3698	19,5456	19,3698	19,5456	19,3698	19,5456

4.28 - Instrumentos Financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Instrumentos financeiros

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 correspondem:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Recebíveis		
Ativos		
Contas a receber	1.444	3.193
Partes relacionadas	4.486	6.072
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	9.953	1.654
Aplicações financeiras	41.982	44.714
	<u>57.865</u>	<u>55.633</u>
Passivos		
Fornecedores	76.320	7.707
Partes relacionadas	176	2.135
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	370.000	
Dividendos a Pagar	36.977	7.903
	<u>483.473</u>	<u>17.745</u>

Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de Mercado

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados possíveis importações de estoque e imobilizado.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos contratos de empréstimos e financiamentos que terão taxas de juros fixas e aplicações financeiras que são de curto prazo e remuneradas pela CDI; que não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços portuários, como manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado de carga geral. O principal fator de risco de crédito que pode afetar o negócio é a concessão de crédito aos clientes, mas que para minimizar essas possíveis perdas, a companhia adota política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e "*rating*" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Outro ponto importante que colabora para a liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é a administração conjunta com o Centro de Serviço Compartilhado da Vale S.A. Assim, a previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Centro de Serviços Compartilhados. Essa previsão é elaborada com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levada em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia. O Centro de Serviços Compartilhados monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender as suas necessidades operacionais.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

d) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo Vale. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Total passivo	523.769	58.534
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(51.935)</u>	<u>(46.368)</u>
	471.834	12.166
Patrimônio líquido	<u>226.793</u>	<u>233.283</u>
Total patrimônio líquido	<u>226.793</u>	<u>233.283</u>
	<u>208,05%</u>	<u>5,22%</u>

4.29 - Compromissos

A Ultrafertil celebrou contratos de financiamento junto ao BNDES, em 30 de dezembro de 2014, visando obter recursos necessários para execução dos projetos de expansão do terminal marítimo.

Os créditos destes contratos serão colocados a disposição da Companhia, a medida que sejam atendidos às condições contratuais.

Apresentamos a seguir a natureza de cada contrato de financiamento:

<u>Modalidade</u>	<u>Subcrédito "A"</u> FINEM	<u>Subcrédito "B"</u> FINAME PSI	<u>Subcrédito "C"</u> SOCIAL	<u>Subcrédito "D"</u> FINEM
Valor Contratado	812.906	200.000	6.851	157.200
Índice de correção	TJLP - (6%a.a.)	TJLP - (6%a.a.)	TJLP - (6%a.a.)	TJLP - (6%a.a.)
Juros	2,12% a.a.	2,5% a.a.	n/a	1,82%
Prazo	10 anos	7 anos e 6 meses	10 anos	10 anos
Carência	31 meses	31 meses	31 meses	31 meses
Nº Parcelas	120	90	120	120
Vencimento da 1ª parcela	agosto de 2017	agosto de 2017	agosto de 2017	agosto de 2017
Vencimento da última parcela	julho de 2027	julho de 2025	julho de 2027	julho de 2027

5 - Administração - Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Marcus Vinicius de Faria Penteado

Presidente

Guido Roberto Campos Germani

Vice-Presidente

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Roberto Furtado de Mendonça Moretzsohn

Samuel Pereira Silva

Conselheiros

Andre Ravara

Gustavo de Abreu e Souza Selayzim

Gustavo Rodrigues Zaitune

Igor Bretas de Figueiredo

Pedro de Campos Azevedo

Suplentes

Diretoria

Alessandro Pena da Gama

Diretor-Presidente

Renato Manguiera Saleme

Diretor

Leonardo Gonçalves Paiva

Diretor

Fabio Stewson de Souza

Contador - CRC-MG 45.913/O-6 "S" SP